

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE ABRIL DE 2002**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Tureck.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Cezar Silvestri.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, vejo na Extraordinária de hoje, cinco itens, todos projetos de autoria do nobre deputado Geraldo Cartário e todos vetados pelo senhor governador. Não sei se a Ordem do Dia é uma homenagem ao deputado Geraldo Cartário ou o deputado está com alguma viagem marcada e queira limpar a pauta dos seus projetos. Nos surpreende que a Ordem do Dia da Sessão Extraordinária versa em cinco projetos de lei, todos da área que envolve servidores civis, envolve a questão da previdência, envolve auxílio-transporte aos policiais civis e militares, enfim, todos vetados pelo governador.

Quero crer que o deputado Geraldo Cartário tem se conduzido bem aqui nesta Assembléia em defesa do governo, não merece uma homenagem com cinco vetos numa paulada só, na Ordem do Dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há sobre a mesa um Requerimento nº 768, de autoria do deputado Geraldo Cartário, com apoioamento do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 08/99, veto apostado ao Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 041/99.

Curitiba, 16 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 358/98, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 173/98, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o plano de carreira dos servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional, regidos pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Visa ainda, criar cargos para composição de carreiras, estabelecer critérios para enquadramento de pessoal, realização de concursos, acessos e promoções de classe, bem como fixar vencimentos e atribuir vantagens.

A negativa de sanção ao Projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que afronta o mandamento contido no artigo 66, incisos I e II, da Constituição Estadual, os quais conferem ao governador do Estado a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem sua remuneração, assim como de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Por outro lado, vale mencionar que o projeto de lei em causa foi preliminarmente apreciado pela Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado da Administração, tendo ambas ressaltado a inconstitucionalidade de que está eivado, por vício de iniciativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através de seu Parecer nº 010/99, depois de haver citado vasta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e apontar com inteira clareza a indiscutível inconstitucionalidade da medida, conclui dizendo:

...”07. Assim, não resta dúvida a respeito da inconstitucionalidade do projeto de lei em tela.

08. Por ser inconstitucional, portanto, está a merecer veto por parte do Exmo. Sr. Governador do Estado, nos termos do que preceitua o artigo 71, parágrafo 1º, da Constituição Estadual.

09. Isto não significa que engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos não devam ter um Plano de Carreira. Muito pelo contrário. Com certeza, será ele um meio de dignificar a função pública. Não obstante, faz-se mister que ele seja decorrente de projeto de lei marcado pela constitucionalidade, mesmo porque há outras inconstitucionalidades visíveis naquele em análise que pela exigüidade de tempo, é dispiciendo apontar. De qualquer forma, o defeito constitucional clama pelo veto ou, se for o caso, uma ADIN, sempre indesejáveis aos interessados, mas necessários para preservar a estrutura legal. Assim, partir-se do respeito à regra das Constitui-

ções é a única forma factível, em se tratando de processo legislativo, de buscar-se a democracia das instituições.

Posto isto, opinamos no sentido de ser inconstitucional o Projeto de Lei nº 173/98, por tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado, devendo, por esta razão ser vetado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 173/98, encontra-se publicado no DA nº 059/98, de 13/05/98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 08/99

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos, regidos pela Lei Federal nº 5194/66.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 28/2000, veto parcial ao Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera parcialmente a Lei nº 7.567/82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 004/2000.

Curitiba, 11 de janeiro de 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 350/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 633/99, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse o público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982 (Lei de criação da Carteira de Previdência Complementar dos

Servidores do Poder Judiciário), tendo o veto parcial aposto incidido, no artigo 5º, sobre o parágrafo único da alteração ao artigo 13. Foram ainda vetados os artigos 7º, 8º e 9º.

O veto aposto ao objetivado parágrafo único para o artigo 13, decorre do entendimento de que, pela condição de “previdência privada” que a entidade em referência terá, não cabe, da maneira como vem posta na disposição vetada, atribuir-se à Corregedoria da Justiça, tal fiscalização e aplicação de penas disciplinares. Este vetado parágrafo único pretendia dispor textualmente que: “Ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, sem que tenha feito o recolhimento devido, após denúncia do CONPREVI, o responsável em exercício pela Serventia sofrerá pena disciplinar a crédito do Corregedor da Justiça, e será afastado com duração até a regularidade para com a Carteira, caso não aconteça a regularidade dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficará a sua delegação cassada”.

Por outro lado, os artigos 7º e 8º, não puderam merecer acolhida simplesmente porque são imprecisos quando fazem referência aos dispositivos que pretendem alterar.

O artigo 9º foi vetado porque a simples destinação do patrimônio da Carteira de Previdência em referência, na hipótese de sua extinção, pela forma como está preconizada no dispositivo vetado, não virá assegurar o direito de que tenham efetuado contribuições para obtenção dos benefícios previdenciários da Entidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 633/99, encontra-se publicado no DA nº 186/99, de 06/12/99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 028/2000

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera parcialmente a Lei nº 7.567/82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 26.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### ITEM 03

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 06/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 461/2001.

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 475/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 533/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a concessão de auxílio transporte a “todos os integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa”. Dispõe ainda que tal auxílio transporte consista na isenção da incidência do ICMS na aquisição de veículo popular, zero quilômetro, de fabricação nacional.

O projeto de lei em referência não foi acolhido por inconstitucionalidade, eis que fere o artigo 155, XII, “g”, da Magna Carta da Nação. Tal inconstitucionalidade está bem caracteriza na adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos adoto com razões fundamentais do veto ora apostado:

“Impõe-se o veto ao citado projeto de lei, pois, em seu artigo 2º, ao isentar do ICMS as aquisições de veículos automotores na forma que especifica, deve ser observado que em relação a este tributo, quaisquer benefícios fiscais que importem em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de Convênios, firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho de Política Fazendária - Confaz. Esta determinação está contida no artigo 155, XII, “g”, da Constituição Federal, assim transcrito, verbis:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regula a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”.

Como já existia lei complementar regulando a matéria desde 1975 (LC n. 24/75), esta foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, cujo artigo 1º e seu parágrafo único, inciso IV, assim dispõe, verbis:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo Único - o disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 149/2001, encontra-se publicado no DA nº 149/2001, de 17/10/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 06/2002

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que concede auxílio transporte aos integrantes da Polícia Civil e Militar, ativos e inativos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 36/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a

doar a Associação dos Moradores da Seção São João, município de Jataizinho - Paraná, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 048/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 464/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 503/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a doação do imóvel que especifica à Associação dos Moradores da Seção São João, de Jataizinho.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de o mesmo ter sido considerado contrário ao interesse público, pelo fato de tratar-se de área que, por suas condições de dimensão e localização, será utilizada para instalação de órgãos da própria Administração Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 503/2001, encontra-se publicado no DA nº 142/2001, de 08/10/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 036/2002

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel para a Associação dos Moradores da Seção São João, no município de Jataizinho.

A proposta foi vetado pelo Executivo sob a alegação de que tal iniciativa é contrária aos interesses públicos.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o veto ao projeto, verificou-se que o Executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 40/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do depu-

tado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a integrar o município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 052/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 428/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 296/2001, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 296/2001, encontra-se publicado no DA nº 101/2001, de 01/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 040/2002

P A R E C E R :

A proposição em análise, encaminha veto aposto ao Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 296/2001, que dispõe sobre autorização para integrar o município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina, proposta de autoria do nobre senhor deputado Geraldo Cartário.

Em que pese o relevante interesse público que cerca a proposta do eminente deputado autor, a negativa de sanção está fundamentada no entendimento de que é competência privativa do governador a iniciativa legislativa da matéria em tela, na forma preceituada no artigo 66, inciso IV, da Constituição do Estado.

No que concerne a análise do veto, o mesmo fora aposto dentro dos prazos e requisitos impostos pelo Parágrafo 1º, do artigo 71, da Carta Magna Estadual, estando a proposição governamental (Veto) em perfeitas condições de merecer a deliberação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer pela apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relator

O SR. DURVAL AMARAL **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Os vetos que estão sendo, apreciados, nesta tarde, efetivamente são votos apostos ao deputado Geraldo Car-

tário, que todos nós também achamos que, não obstante a posição do deputado Cartário - autor de vários projetos, mas muitos deles - não vou aqui especifica cada um mas são projetos totalmente inconstitucionais, sem que tenha consistência jurídica para que esses vetos possam ser derrubados.

Razão pela qual apelo aos deputados que dão sustentação política ao governo, que votem assim, mantendo os vetos, haja vista a inconstitucionalidade gritante que existe em grande maioria dos projetos. Alguns, inclusive, são vetos apenas parciais naquilo que é ilegal, naquilo que é inconstitucional.

Obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, eu pediria aos deputados da Oposição da Casa que votassem pela derrubada destes vetos, principalmente pelo item 1 da pauta da Ordem do Dia desta Sessão.

Fui engenheiro do DER por muitos anos e tenho acompanhando o sofrimento dos engenheiros que trabalham naquele órgão.

Para que os senhores deputados saibam, hoje, um engenheiro com 30 anos de trabalho percebe em torno de R\$1.200,00 a R\$1.300,00 de salário. Com certeza, num levantamento que fizemos, é o salário mais baixo pago aos engenheiros em todos os Estados da Federação, nas Secretarias dos Transportes, nos Departamentos de Estradas de Rodagem.

Por esta razão, peço o voto, em nome dos engenheiros, não só dos engenheiros civis, porque este projeto acaba também beneficiando engenheiros agrônomos, se não me engano os arquitetos do Estado do Paraná.

Em defesa dos engenheiros, dos arquitetos, dos engenheiros agrônomos, peço o voto dos deputados, para que votem "não".

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Edno Guimarães)**  
**(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Atenção senhores deputados para a votação: 45 deputados votaram. Com a cédula não, 40 deputados. Com a cédula sim, 5.

**Estão derrubados os vetos e mantidos os projetos.**

Na mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 10, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 018, 021, 022, 023, 031 e 035/2002.

Levanta-se a Sessão.

**Ato da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 60/2002**

Conceder a DOROTÉIA TKATCHUK, matrícula nº 40140, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Protocolo Geral, Liderança Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O pedido de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 436/2002)

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Marcos Isfer, Algaci Tulio, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, Ademar Traiano, Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães e mais o deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 031/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do deputado Ademar Traiano às emendas de Plenário - APROVADO, com voto contrário dos deputados Marcos Isfer, Algaci Tulio e Orlando Pessuti; 02) Projeto de Lei nº 068/2002 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer CONTRÁRIO do deputado Ademar Traiano às emendas de Plenário - APROVADO, com votos contrário dos deputados Marcos Isfer, Algaci Tulio e Orlando Pessuti; 03) Projeto de Lei nº 090/2002 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL

do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 110/2002 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 570/2001 de autoria do deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 06) Projeto de Lei nº 005/2002 de autoria do deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTA ao deputado Algaci Tulio; 07) Projeto de Lei nº 101/2002 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 102/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 096/2002 de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, lido pelo deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 080/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 100/2002 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 544/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 157/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 586/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 069/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 429/2000 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer à emenda de Plenário - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 092/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 615/99 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 084/2002 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 309/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, Projeto de Lei nº 395/2001 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 701/2001 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 110/99 de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 081/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 470/99 de autoria do deputado Moysés Leônidas e Projeto de Lei nº 071/2000

de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 184/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio, Projeto de Lei nº 456/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia e Projeto de Lei nº 466/2001 de autoria do deputado Irineu Colombo e deputada Luciana Rafagnin, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada na forma da emenda anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 098/2002 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 083/2002 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães; 28) Projeto de Lei nº 074/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. O deputado relator Sérgio Spada requer diligência junto a Secretaria de Estado da Administração e ao Serviço Social Autônomo Parana Previdência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei nº 091/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 354/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 461/2001 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 469/2001 de autoria do deputado Neivo Beraldin e Projeto de Lei nº 557/2001 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 634/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Plauto Miró Guimarães; 34) Projeto de Lei nº 632/2001 de autoria do deputado Tony Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Plauto Miró Guimarães; 35) Projeto de Lei nº 522/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO, com voto contrário do deputado Orlando Pessuti; 36) Projeto de Lei nº 562/2001 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO, com voto contrário dos deputados Marcos Isfer e Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a

Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Duílio Genari e mais os deputados Nereu Moura e Luiz Fernandes Litro. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 319/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 445/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O deputado relator Orlando Pessuti REQUER DILIGÊNCIA junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, lido pelo deputado Nereu Moura - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 127/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 709/2001 de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 115/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 118/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 586/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 041/2002 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 523/2001 de autoria da deputada Luciana Rafagnin e Projeto de Lei nº 584/2001 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO com voto com ressalvas dos deputados Algaci Tulio e José Maria Ferreira; 10) Projeto de Lei nº 528/2001 de autoria do deputado Moysés Leônidas. O deputado relator Antonio Carlos Belinati REQUER DILIGÊNCIA, junto a Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 439/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 089/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. O deputado relator Antonio Carlos Belinati REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei nº 228/99 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 020/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APRO-



VADO; 15) Projeto de Lei nº 141/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 406/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei nº 595/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Proposição-veto nº 003/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 060/1999 de autoria dos deputados Nereu Moura e Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 095/2002 de autoria do deputado Geraldo Cartário. O deputado relator Algaci Tulio REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 21) Projeto de Lei Complementar nº 082/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. O deputado relator Algaci Tulio REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 22) Projeto de Lei nº 063/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. O deputado Algaci Tulio REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei nº 504/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. O deputado Algaci Tulio REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 231/2001 de autoria do deputado Tony Garcia, Projeto de Lei nº 117/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia, Projeto de Lei nº 197/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia e Projeto de Lei nº 086/2001 de autoria do deputado Sérgio Spada todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 215/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme, Projeto de Lei nº 230/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme e Projeto de Lei nº 358/99 de autoria do deputado Moysés Leônidas todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 147/2001 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada,

será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
TERMO DE ATA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos deputados Algaci Tulio, Duílio Genari, Marcos Isfer e José Maria Ferreira. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelo senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Turismo. sob a presidência do senhor deputado Chico Noroeste, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 430/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente  
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária